

Fecomércio reúne oito pré-candidatos ao Senado

Entidade quer que parlamentares gaúchos atuem para garantir segurança jurídica e frear a carga tributária



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

O debate com os pré-candidatos ao Senado, organizado pela Fecomércio ontem reuniu oito nomes que disputam as duas vagas de senador pelo Rio Grande do Sul nas eleições de 2026. O presidente da entidade, Luiz Carlos Bohn, disse que espera que os próximos senadores atuem para garantir segurança jurídica e frear a carga tributária.

Manuela d'Ávila (PSOL) foi sorteada para iniciar a rodada de respostas. Ela mencionou a necessidade de medidas para combater o tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ao Brasil.

"Além disso, conversei também com as mulheres que empreendem e, mesmo assim, recebem 30% a menos do que os homens. Precisamos garantir linhas de crédito para que essas mulheres possam competir em pé de igualdade com os homens", disse Manuela.

Em seguida, Renato Jaguarão (Cidadania) disse que os senadores não devem se preocupar com taxas, impostos ou o Trump. "Os senadores têm que tratar os empresários com respeito. Tem que acabar com

essa carga tributária gigante", falou - sendo aplaudido.

O ex-governador Germano Rigotto afirmou que o Estado precisa negociar uma compensação por ter pago a dívida com a União com um indexador "totalmente errado" durante muito tempo. Além disso, apontou a necessidade de atrair investimentos ao Estado, através da melhoria da infraestrutura e parcerias com a iniciativa privada.

"Precisamos que o Estado mostre aos investidores que criamos as condições para o crescimento econômico, com investimentos em infraestrutura, segurança e educação. Afinal, o investidor - tanto interno quanto externo - não vai investir nos estados que não tiverem essas coisas", analisou Rigotto.

Milton Cardoso (PSDB) foi taxativo ao dizer que existem apenas duas maneiras de "recuperar o Brasil." "Resgatar o papel do Senado, exigir o cumprimento da Constituição e caçar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), e não permitir que o PT continue."

O deputado estadual Frederico Antunes (PSD) projetou que a reforma administrativa feita no primeiro mandato do governador Eduardo Leite (PSD) no Rio Grande do Sul deveria ser feita em nível federal. A reforma administrativa incluiria a revisão de "quais estatais deveriam ficar sob a tutela do setor público e quais poderiam ser repassadas democrati-



Cardoso, Rigotto, Antunes, Jaguarão, Van Hattem, Sanderson, Manuela e Pimenta apresentaram propostas

camente à iniciativa privada." "Afinal, precisamos fazer o dever de casa e ajustar as contas públicas. A partir daí, vamos atrair investimentos", concluiu.

O deputado federal Paulo Pimenta (PT) apresentou como prioridade o desenvolvimento da logística no Estado. Ele, que esteve à frente do Ministério Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul durante a enchente de 2024, citou uma série de obras realizadas com apoio do governo federal. "Temos uma série de obras rodoviárias em andamento. Temos que concluir a

duplicação da BR-116 até Pelotas; temos agora condições de terminar a segunda ponte do Guaíba; vamos entregar no segundo semestre o projeto executivo para licitar a RS 448 até Estância Velha...", essas foram algumas das obras elencadas por Pimenta.

O deputado federal Marcel van Hattem (Novo) mencionou alguns projetos de sua autoria que, na sua avaliação, beneficiariam o setor produtivo gaúcho - mas tiveram voto contrário dos parlamentares do PT no Congresso Nacional. Ele também criticou a atuação do STF. "Não é

possível que o STF decida monocraticamente sobre o que já foi decidido na câmara. Por isso, eu e Sanderson estaremos no Senado prontos para fazer impeachment de ministros do STF", declarou Van Hattem, sendo bastante aplaudido.

O deputado federal Sanderson (PL) criticou o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por gastar mais do que a capacidade fiscal do Estado brasileiro. "No Palácio do Planalto, temos um presidente gastador, perdulário, com 40 ministérios e cooptação do Congresso e da Suprema Corte."

Missão antecipa oficialização de Renan Santos ao Planalto

O partido Missão antecipou sua convenção nacional e oficializou, na manhã desta segunda-feira, a candidatura de Renan Santos à presidência da República. A informação foi divulgada pelo próprio partido. A convenção estava inicialmente marcada para 1º de agosto, mas foi antecipada, segundo a legenda, para que o candidato pudesse contar com o apoio da Polícia Federal (PF) durante o evento público de lançamento da campanha, mantido para 1º de agosto.

Por meio de sua assessoria de imprensa, o presidenciável afirmou que a decisão foi tomada por orientação da equipe de segurança após novos episódios de intimidação atribuídos a facções criminosas.

Renan disse ter retornado do Ceará após ameaças de duas organizações criminosas e afirmou ter sido alvo de novas intimida-

ções em São Paulo, onde reside. Também relatou que, durante agenda no Rio de Janeiro, voltou a ser ameaçado pelo Comando Vermelho (CV).

O evento de 1º de agosto reunirá lideranças, filiados e apoiadores e marcará a apresentação

pública da candidatura de Renan. Na ocasião, também será apresentado o Livro Amarelo, documento que reúne as principais propostas da campanha para áreas como segurança pública, economia, educação, infraestrutura e reforma do Estado.



Presidenciável solicitou apoio da PF após se dizer vítima de intimidação

Consulta Popular vai até domingo

/ GOVERNO DO RS

Começou ontem e se estende até o domingo a votação da Consulta Popular 2026, em que a população gaúcha poderá escolher uma proposta para integrar o orçamento estadual do próximo ano. A votação pode ser realizada pelo Portal da Consulta Popular ou pelo WhatsApp da GurIA, assistente virtual do portal rs.gov.br, pelo número (51) 3210-3939. No WhatsApp, basta enviar a mensagem "Quero votar na Consulta Popular".

Para participar, o eleitor deve acessar o sistema com uma conta gov.br nos níveis bronze, prata ou ouro - todos habilitados para a votação. A orientação é conferir a senha de acesso, atualizar os dados cadastrais e testar o login antes de votar. Caso a verificação em duas etapas esteja ativada na conta gov.br, será necessário desativá-la temporariamente durante o acesso ao sistema,

podendo reativá-la posteriormente.

As propostas disponíveis para votação foram definidas pelas regiões durante as assembleias iniciais, intermediárias e ampliadas, realizadas com base no Caderno de Demandas Elegíveis.

Nesta edição, os eleitores poderão votar em propostas nas áreas de agricultura, turismo, justiça e direitos humanos, meio ambiente, cultura, desenvolvimento rural, transportes, esporte e lazer, desenvolvimento econômico, inovação, ciência e tecnologia, trabalho e desenvolvimento profissional, desenvolvimento social, habitação e desenvolvimento urbano.

A edição 2026-2027 da Consulta Popular destina R\$ 60 milhões do orçamento estadual para a execução dos projetos escolhidos pela população. Os recursos serão distribuídos entre os 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), conforme critérios técnicos.